Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.

CNPJ Nº 05.868.574/0001-08

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(em Milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais

Ativo Circulante	Nota explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	201.476	94.623
Contas a receber de clientes	5	125.827	131.359
Estoques	6	245.838	242.202
Impostos a recuperar	7	2.786	4.589
Outros créditos	8	4.868	5.753
Despesas antecipadas	9	296	309
		581.091	**478.835**
Não circulante			
Impostos a recuperar - Não Circulante	7	1.271	343
Depósitos judiciais	10	3.384	2.796
Propriedade para investimentos	11	7.792	7.792
Imobilizado	12	136.879	145.106
Intangível		1.550	1.504
		150.876	**157.542**
Total do ativo		**731.967**	**636.376**

Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota explicativa	2018	2017 (Reapresentado)
Fornecedores	13	315.724	251.775
Empréstimos e financiamentos	14	2.455	2.878
Obrigações tributárias	16	4.804	7.947
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	27.166	23.810
IR e contribuição social a recolher	17	9.434	6.188
Outros passivos	19	11.311	29.299
		370.894	**321.896**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	14	1.587	4.011
Provisão para contingências	18	2.937	2.639
Obrigações tributárias - Não Circulante	16	526	-
		5.050	**6.650**
Patrimônio líquido	20		
Capital social		20.000	20.000
Reserva de lucros		336.023	287.831
		356.023	307.831
Total do passivo e do patrimônio líquido		**731.967**	**636.376**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2017	**20.000**	**226.446**	-	**246.446**
Lucro líquido do exercício	-	-	63.785	**63.785**
Constituição da reserva de lucros	-	63.785	(63.785)	-
Distribuição de lucros	-	(2.400)	-	**(2.400)**
Saldos em 31/12/2017	**20.000**	**287.831**	-	**307.831**
Lucro líquido do exercício	-	-	50.592	**50.592**
Constituição da reserva de lucros	-	50.592	(50.592)	-
Distribuição de lucros	-	(2.400)	-	**(2.400)**
Saldos em 31/12/2018	**20.000**	**336.023**	-	**356.023**

Demonstrações do resultado abrangente

	2018	2017(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**50.592**	**63.785**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**50.592**	**63.785**

Demonstrações do resultado

	Nota explicativa	2018	2017(Reapresentado)
Receita líquida de vendas	21	2.293.281	1.997.256
Custo das mercadorias vendidas	22	(1.966.251)	(1.698.840)
(=) Lucro bruto		**327.029**	**298.416**
Despesas/receitas operacionais			
Despesas com vendas	23	(28.530)	(23.912)
Despesas gerais e administrativas	24	(310.652)	(277.245)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	38.249	45.641
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**26.097**	**42.899**
Despesas financeiras	26	(3.247)	(4.189)
Receitas financeiras	26	67.362	61.135
Variação Cambial Líquida	26	(936)	(565)
(=) Resultado financeiro líquido		**63.179**	**56.382**
(=) Lucro antes do IR e CS		**89.276**	**99.281**
IR e contribuição social do exercício	17	(38.684)	(35.496)
(=) Lucro líquido do exercício		**50.592**	**63.785**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2018	2017(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	50.592	63.785
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	2.255	-
Provisão para contingências	299	2.639
Depreciação e amortização	17.441	9.153
	70.587	**75.577**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	3.277	1.217
Estoques	(3.636)	(10.175)
Impostos a recuperar	875	18
Outros créditos	885	429
Despesas antecipadas	13	(74)
Depósitos judiciais	(588)	(1.599)
Adiantamento a fornecedores imobilizado	15.724	(16.917)
Fornecedores	63.949	4.966
Obrigações tributárias	(2.616)	6.063
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.356	5.434
Impostos de renda e contribuição social a recolher	3.246	(10.196)
Outros passivos	(17.988)	27.846
Caixa líquido das atividades operacionais	**137.084**	**82.589**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(31.569)	(72.327)
Baixa do imobilizado	7.030	937
Aquisição de intangível	(461)	(1.425)
Baixa do intangível	18	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(24.982)**	**(72.816)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.849)	(3.327)
Pagamento de dividendos	(2.400)	(2.400)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(5.249)**	**(5.727)**
Aumento líquido de caixa	**106.853**	**4.046**
Caixa no início do período	94.623	90.577
Caixa no final do período	201.476	94.623
Aumento líquido de caixa	**106.853**	**4.046**

Notas explicativas

1. Contexto operacional: A Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. é uma sociedade limitada fundada em 2003 sua sede está situada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, seu quadro societário é constituído por pessoa física e jurídica domiciliada no Brasil. A Empresa tem por objeto social o comércio varejista e atacadista, inclusive a importação e exportação e representação comercial de produtos: alimentícios, bebidas, limpeza, perfumaria, cosméticos, higiene pessoal, cigarros, utensílios pessoais e domésticos. Atuando em quatro frentes de vendas: loja de varejo, loja de atacado em autosserviço, televendas e vendas de rua, chamado de sistema *Express* dotado de uma ampla logística para atender seus clientes com agilidade. A Comercial Zaragoza é detentora das bandeiras Spani Atacadista e Villarreal Supermercados e possui trinta e duas lojas sendo cinco lojas da bandeira varejista, instaladas nas cidades do interior paulista, em São José dos Campos são em três bairros CTA, Vila Ema e Urbanova, Taubaté e Cruzeiro. A bandeira Spani Atacadista é constituída por vinte e seis lojas, distribuídas nas cidades de São José dos Campos nos bairros Vista Verde e Aquários, Guaratinguetá, Lorena, Pindamonhangaba, Caraguatatuba, Mogi das Cruzes, Atibaia, Bragança Paulista I e II, Jacareí, Vila Formosa, Vila Prudente, Raposo Tavares, Diadema, Marilia, Guarulhos, Americana, Itaquaquecetuba nos bairros Jardim Odete e Cauby, Bauru, Rio Claro, Mauá I e II, todas no Estado de São Paulo, e 2 situadas no Estado do Rio de Janeiro, na região sul fluminense nos municípios de Resende e Volta Redonda. O grupo também conta com um Centro de Distribuição e Administrativo, localizado na cidade de Taubaté (SP), para dar suporte logístico, comercial e administrativo para todas as lojas da rede, bem como aos clientes varejistas atendidos pelo sistema Express. O Centro de Distribuição possui 42.000 m² de área construída com uma área total de 160.000m2, conta com uma área de armazenagem de 30.000 m², contendo 15 docas de recebimento, 54 docas de expedição capacitada para 25.000 posições de palets e oficina mecânica, com a estrutura atual essa unidade está preparada e suportara o crescimento da empresa para os próximos anos. Aproveitando o bom momento do segmento atacadista de autosserviço ou "Atacarejos" como o mercado passou a chamar, o grupo, com uma administração eficiente e com apoio dos maiores fornecedores do setor, o qual tem grandes parcerias, vem se destacando nos últimos anos e alcançando números realmente expressivos, como figurar entre as 20 maiores empresas do setor de autosserviço alimentar no ranking nacional da ABRAS 2018, conforme publicado pela revista SUPERHIPER. De acordo com a pesquisa da ABRAS, o Grupo Zaragoza, considerando as bandeiras Spani Atacadista e Villarreal Supermercados, garantiu o 1º lugar no quesito crescimento, que fez o grupo subir duas posições no ranking nacional e passar a ocupar o 15º lugar entre todas as empresas do segmento do Brasil. Com esse resultado, a Comercial Zaragoza passou a ser considerada a empresa do setor Supermercado/Autosserviço que mais cresceu no ano de 2018. Hoje a empresa emprega cerca de 4.906 funcionários. O plano de expansão de negócios do grupo Spani inclui a inauguração de 4 lojas atacadistas nas cidades de Indaiatuba, São José dos Campos no bairro Urbanova, Arujá e São Bernardo do Campo em 2019. As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração da Empresa em 24 de junho de 2019. **2. Base de preparação a apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" para os bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.1. Reapresentação dos saldos de 2017:** A Administração da Empresa, durante o processo de revisão das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, identificou ajustes e reclassificações necessárias para melhor apresentação das demonstrações contábeis comparativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, advindo de diferença e reclassificações no processo de registro contábil.Como resultado desse processo, ajustes e reclassificações foram identificados e efetuados nas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Assim, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, para fins de comparação, os valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ajustados.

	2017	Ajustes	2017(Reapresentado)
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	91.442	3.181	94.623
Contas a receber	130.168	1.191	131.359
Estoques	246.309	(4.107)	242.202
Impostos a recuperar	4.589	-	4.589
Outros créditos	22.620	49	5.753
Despesas antecipadas	309	-	309
	495.438	**314**	**478.835**
Não circulante			
Impostos a recuperar - Não Circulante	343	-	343
Depósitos judiciais	2.703	93	2.796
Propriedade para investimentos	7.792	-	7.792
Imobilizado	133.371	(5.182)	145.106
Intangível	1.504	-	1.504
	145.714	**(5.089)**	**157.542**
Total do ativo	**641.151**	**(4.775)**	**636.376**
Passivo e patrimônio líquido	**2017**	**Ajustes**	**2017(Reapresentado)**
Circulante			
Fornecedores	285.467	(6.010)	251.775
Empréstimos e financiamentos	2.878	-	2.878
Obrigações tributárias	7.947	-	7.947
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	23.810	-	23.810
Ir e contribuição social a recolher	6.188	-	6.188
Outros passivos	1.944	(327)	29.299
	328.234	**(6.337)**	**321.896**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - Não Circulante	4.011	-	4.011
Provisão para contingências	-	2.639	2.639
	4.011	**2.639**	**6.650**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.000	-	20.000
Reserva de lucros	288.907	(1.077)	287.831
	308.907	**(1.077)**	**307.831**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**641.152**	**(4.775)**	**636.376**
	2017	**Ajustes**	**2017(Reapresentado)**
Receita líquida de vendas	1.992.884	4.372	1.997.256
Custo dos produtos vendidos	(1.694.733)	(4.107)	(1.698.840)
(=) Lucro bruto	**298.151**	**265**	**298.416**
Despesas/receitas operacionais			
Despesas com vendas	(23.912)	-	(23.912)
espesas gerais e administrativas	(275.527)	(1.718)	(277.245)
Outras receitas (despesas) operacionais	45.265	376	45.641
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**43.976**	**(1.077)**	**42.899**
Despesas financeiras	(4.189)	-	(4.189)
Receitas financeiras	61.135	-	61.135
Variação Cambial Líquida	(565)	-	(565)
(=) Resultado financeiro líquido	**56.382**	-	**56.382**
(=) Lucro antes do IR e CS	**100.358**	**(1.077)**	**99.281**
IR e contribuição social do exercício	(35.496)	-	(35.496)
(=) Lucro do exercício	**64.862**	**(1.077)**	**63.785**

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa foram alteradas pela adoção das IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes e IFRIC 22/ICPC 21 - Transações em moeda estrangeira em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018. **a) IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros:** O IFRS 9/CPC 48 entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 e estabelece novos critérios para a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 por um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas. Para a mensuração dessa perda, é avaliada a situação de crédito específico das contrapartes e os prováveis impactos de mudanças nos fatores econômicos. A Empresa adotou um novo critério para reconhecimento da perda de créditos com base no percentual histórico de perda dos últimos 3 anos. A adoção do IFRS 9/CPC 48 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos e passivos financeiros. **b) IFRS 15/CPC 47 – Receita de contratos com clientes:** O IFRS 15/CPC 47 entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 e estabelece uma estrutura abrangente para determinar o reconhecimento da receita. A receita da Empresa advém principalmente da venda de produtos industrializados em suas plantas e adquiridos para revenda. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, que ocorre principalmente na entrega dos produtos. Portanto, não há diferença no momento em que os riscos e benefícios são transferidos conforme definido no IFRS 15/CPC 47. As receitas são reconhecidas líquidas de devoluções e descontos comerciais. A adoção do IFRS 15/CPC 47 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa para o reconhecimento das receitas sobre as vendas de mercadorias. **c) IFRIC 22/ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira:** Esta interpretação contábil entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações com moeda estrangeira. Segundo essa interpretação, a data da transação de adiantamentos pagos ou recebidos é a data efetiva em que a entidade inicialmente reconhece o pagamento antecipado ao fornecedor ou o recebimento de um cliente. As adoções das normas contábeis IFRS 9, IFRS 15 e IFRIC 22 não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício. **3.2. Novas normas publicadas e ainda não vigentes:** Novas normas entrarão em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme descrito abaixo: **a) IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil:** Esta norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019 propondo que o arrendatário reconheça todos os arrendamentos em seu balanço patrimonial, registrando um passivo para pagamentos futuros e um ativo imobilizado para o direito de uso. A Empresa prevê impactos relevantes com a adoção deste pronunciamento, está realizando o levantamento e avaliação de seus contratos de arrendamento. **b) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Esta Interpretação entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A Empresa está fazendo o levantamento de todas as circunstâncias abrangidas por esta interpretação e não espera impactos relevantes decorrentes de sua adoção. **3.3. Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Empresa avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **a) Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **b) Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" na demonstração do resultado. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa. **3.5. Ativos financeiros: Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber". **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Impairment de ativos financeiros:** A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: **(i)** Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; **(ii)** Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; **(iii)** A Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; **(iv)** Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; **(v)** O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades contábeis; ou **(vi)** Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: **a)** Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; **b)** Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.7. Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Após o reconhecimento das perdas fiscais, toma-se a composição dos títulos remanescentes como base e aplica-se a metodologia de análise por idade de vencimentos dos títulos. Para a constituição da provisão, considera-se o prazo médio de recebimento do Grupo Zaragoza que é de 30 dias, além da análise do percentual de perda histórica dos últimos 3 anos para os títulos em aberto e não vencidos. **Mensuração de perda de crédito esperada:** CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros A norma IFRS 9/CPC 48 substitui a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: **a)** Classificação e mensuração de ativos financeiros; **b)** Redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e **c)** Contabilidade de hedge. Com base nas perdas incorridas, o Grupo Zaragoza, adota a mensuração de perdas de créditos esperadas no exercício seguinte, na data base de encerramento do balanço, conforme determinado pelo CPC 48. A entidade deve mensurar as perdas de crédito esperadas de instrumento financeiro de modo que reflita: **a)** O valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; **b)** O valor do dinheiro no tempo; e **c)** Informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras. Em 31 de dezembro de 2018, baseada nas informações razoáveis de eventos passados, a taxa efetiva da perda incorrida é de 2%. A porcentagem supracitada deve ser revisada anualmente com base nos dados dos balanços anteriores. **3.8. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados compreende o custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para avarias dos estoques, baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.9. Bonificações de Fornecedores:** As bonificações decorrentes de compras de produtos, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo de produtos vendidos" e "Outras receitas", no resultado do exercício, na medida em que a Empresa recebe as bonificações, seja como abatimentos em notas fiscais ou depósito bancário, após atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos **3.10. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, atacados, supermercados e o centro de distribuição. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. O imobilizado está líquido de créditos dos impostos, os quais foram registrados como impostos a recuperar. **3.11. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados, substancialmente, por licenças de uso de softwares para uso próprio, adquiridos com ou sem acompanhamento de atualizações de versões e que foram classificadas pela Administração como intangíveis com vida útil definida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **3.12. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **3.13. Passivo circulante e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.14. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.15. Empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes que são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência e trimestralmente. **3.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e interno. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.18. Contingências:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos. **• Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; **a) Contingências fiscais:** A Sociedade possui autos de infração relacionados a matérias nas esferas estaduais e federais; para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante suficiente para cobrir decisões judiciais desfavoráveis. **b) Contingências trabalhistas:** A Sociedade é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com a ajuda de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências periodicamente, registrando provisões para perdas quando classificadas como prováveis e razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. **c) Contingências cíveis e outras:** A Sociedade responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais, constituindo provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis. **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **3.19. Capital social:** As quotas da sociedade são classificadas no patrimônio líquido. **3.20. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A receita proveniente da venda de produtos só é reconhecida quando satisfeitas todas as seguintes condições: **i)** A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens; **ii)** A Empresa não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; **iii)**O valor da receita possa ser confiavelmente mensurado; **iv)** For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e **v)** As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação as contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original de contas a receber. **3.21. Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, após a aprovação dos quotistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. **3.22. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência de exercícios. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo for determinado. **b) Reconhecimento de receita:** A receita de comercialização de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Empresa adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, exceto no caso de passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros da Empresa incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas, outras contas a pagar. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **d) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A Empresa reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	2018	2017(Reapresentado)
Caixa	3.802	12.995
Bancos **(i)**	39.117	10.377
Aplicações Financeiras **(ii)**	158.557	71.251
Total	**201.476**	**94.623**

O caixa e os equivalentes de caixa são classificados na categoria de recebíveis. **(i)** Os depósitos bancários são mantidos em bancos de primeira linha, sem histórico de inadimplência. **(ii)** As aplicações financeiras são de liquidez imediata mantidas nos bancos em que a empresa possuiu conta corrente bancária. As aplicações financeiras da Empresa estão substancialmente concentradas em aplicações CDB e fundo de renda fixa, indexadas à variação do CDI (100% do CDI). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate. **5. Contas a receber de clientes:**

	2018	2017(Reapresentado)
Duplicatas a receber	2.056	5.655
Cartões de créditos	100.350	96.520
Cheques a depositar	614	885
Cheques devolvidos	21	21
Depósito em conta a receber	1.037	1.997
Convênio com Empresas	24	-
Boletos a receber	22.347	26.215
Outras contas a receber	1.633	66
	128.082	**131.359**
(-) Perda de Créditos Esperada	(2.255)	-
	125.827	**131.359**

Movimentação da Perda de Créditos Esperada:	2018	2017(Reapresentado)
Saldo Inicial	-	-
Adições	(2.255)	-
Reversões	-	-
Saldo Final	**(2.255)**	-

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:	2018	2017 (Reapresentado)
A vencer	125.384	127.663
Vencidos até 30 dias	916	667
Vencidos de 31 a 60 dias	59	22
Vencidos de 61 a 90 dias	115	97
Vencidos de 91 a 180 dias	103	165
Vencidos acima de 180 dias	1.505	2.745
Total	**128.082**	**131.359**

As vendas efetuadas por meio de boleto bancário possuem prazo médio para recebimento de 21 dias. A empresa trabalha com as bandeiras de cartão de créditos mais conhecidas no país, cujas vendas são asseguradas pelas administradoras do cartão. Para vendas em cheque e duplicatas a receber é necessário um cadastro pré-aprovado e em caso de inadimplência o cliente devedor é bloqueado para compras futuras. **6. Estoques:**

	2018	2017 (Reapresentado)
Mercadorias para revenda	243.911	241.091
Importações em andamento	1.532	1.111
Mercadorias para premiação	395	-
Total	**245.838**	**242.202**

O giro de estoque é controlado diariamente por meio do Centro de Distribuição que se encarrega do envio dos produtos às lojas e atacados pertencentes ao grupo.

7. Impostos a recuperar:

	2018	2017 (Reapresentado)
Curto Prazo		
Cofins a recuperar	1.418	14
PIS a recuperar	339	3
ICMS a recuperar	703	4.572
Provisão IR sobre aplicação	326	-
	2.786	**4.589**
Longo Prazo		
ICMS a recuperar	1.271	343
	1.271	**343**
Total	**4.057**	**4.932**

Em 31/12/2018, o montante de R$ 703 (R$ 4.572 – 2017) refere-se ao saldo de créditos de ICMS apurados nas compras para revenda e aquisição de ativo imobilizado efetuadas pela empresa. O diferencial de alíquota do imposto é aplicado entre as saídas de mercadorias para as filiais situadas no Estado do Rio de Janeiro, região sul fluminense. **8. Outros créditos:**

Descrição	2018	2017 (Reapresentado)
Adiantamento de salários	1.042	830
Adiantamento a funcionários (vale compra)	368	422
Adiantamento a fornecedores (mercadorias e serviços)	2.951	4.414
Outros créditos a receber	507	878
Total	**4.868**	**5.753**

Os adiantamentos à fornecedores são efetuados para fins de obtenção de descontos para aquisição de mercadorias. **9. Despesas antecipadas**

	2018	2017(Reapresentado)
Seguros a apropriar	296	309
	296	**309**

10. Depósitos Judiciais:

	2018	2017(Reapresentado)
Bloqueio judicial	3.384	2.796
	3.384	**2.796**

O saldo é composto por depósito judicial referente a processos em andamento. **11. Propriedade para Investimento:**

	2018	2017 (Reapresentado)
Terrenos	7.792	7.792
	7.792	**7.792**

A empresa adquiriu terreno de empreendimento renomado em São José dos Campos, para investimento no montante de R$ 7.792, onde até o momento não há intenção de construir nenhuma loja da rede, devido ser uma área muito grande, sendo que o terreno está registrado ao valor de custo.

12. Imobilizado:	Terrenos	Edificação	Máquinas	Benfeitorias	Veículos	Móveis	Computadores	Instalações	Imobilizado em andamento	Total
Em 01/01/2017 (Reapresentado)										
Custo	2.889	22.737	15.726	6.164	6.300	6.445	3.590	2.712	19.328	85.890
Depreciação acumulada	-	(2.033)	(5.707)	(1.451)	(5.618)	(1.713)	(2.094)	(1.594)	-	(20.210)
Saldo contábil, líquido	**2.889**	**20.704**	**10.019**	**4.713**	**682**	**4.732**	**1.496**	**1.118**	**19.328**	**65.681**
Aquisições	-	-	6.173	-	-	8.645	3.841	973	52.695	72.327
Alienações	-	-	(224)	-	(703)	-	(10)	-	-	(937)
Depreciação	-	(909)	(1.500)	(4.791)	215	(935)	(726)	(236)	-	(8.883)
Transferências	-	-	5.681	58.275	-	-	-	-	(63.956)	-
Adiantamento a fornecedores	16.917	-	16.917							
Saldo contábil, líquido	**2.889**	**19.795**	**37.066**	**58.197**	**194**	**12.442**	**4.601**	**1.856**	**8.067**	**145.106**
Em 31/12/2017 (Reapresentado)										
Custo	2.889	22.737	44.273	64.439	5.597	15.090	7.421	3.685	8.067	174.198
Depreciação acumulada	-	(2.942)	(7.207)	(6.242)	(5.403)	(2.648)	(2.820)	(1.829)	-	(29.092)
Saldo contábil líquido	**2.889**	**19.795**	**37.066**	**58.197**	**194**	**12.442**	**4.601**	**1.856**	**8.067**	**145.106**
Aquisições	-	-	11.274	-	514	2.688	342	185	16.565	31.569
Alienações	-	-	(454)	-	(4.615)	0	(1.259)	-	(644)	(6.972)
Depreciação	-	(909)	(3.522)	(14.550)	3.965	(1.658)	(32)	(334)	-	(17.041)
Transferências	-	-	1.643	21.085	-	-	-	8	(22.736)	-
Impairment	-	-	-	-	(58)	-	-	-	-	(58)
Adiantamento a fornecedores	(9.339)	1.193	-	(7.578)	(15.724)					
Saldo contábil líquido	**2.889**	**18.885**	**36.668**	**65.926**	**(0)**	**13.472**	**3.652**	**1.715**	**(6.326)**	**136.879**
Em 31/12/2018										
Custo	2.889	22.737	47.397	86.718	1.438	17.778	6.505	3.878	(6.326)	183.013
Depreciação acumulada	-	(3.851)	(10.730)	(20.792)	(1.438)	(4.306)	(2.852)	(2.163)	-	(46.133)
Saldo contábil líquido	**2.889**	**18.885**	**36.668**	**65.926**	**(0)**	**13.472**	**3.652**	**1.715**	**(6.326)**	**136.879**

Revisão anual da taxa de depreciação: Conforme Pronunciamento Técnico CPC 27, a Empresa revisou os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada dos ativos e para cálculo da depreciação e amortização, não identificando variações significativas no método/estimativa que já vinha sendo utilizada. Dessa forma, não houve ajustes na demonstração do resultado e no patrimônio líquido.

13. Fornecedores:	2018	2017(Reapresentado)
Fornecedores internacionais	2.756	6.678
Fornecedores nacionais	312.968	245.097
Total	**315.724**	**251.775**

14. Empréstimos e financiamentos:

	2018 Curto	2018 Longo	2018 Total	2017(Reapresentado) Curto	2017(Reapresentado) Longo	2017(Reapresentado) Total
Banco Itaú	2.746	1.664	4.410	3.420	4.401	7.821
Juros a transcorrer	(291)	(77)	(368)	(542)	(390)	(932)
	2.455	**1.587**	**4.042**	**2.878**	**4.011**	**6.889**

Os financiamentos foram efetuados para pagamento de gastos na expansão das lojas do grupo:

Instituição Financeira	Contrato nº	Taxa ao ano	Vencimento	Saldo	Juros a transcorrer	Saldo atualizado
Banco Itaú	201.454.729/00	6%	15/05/2019	52	(2)	50
Banco Itaú	201.417.639/01	6%	15/03/2019	11	(1)	10
Banco Itaú	140.049.801/01.01	11,30%	15/10/2020	1.298	(122)	1.176
Banco Itaú	140.049.801/01.03	11,80%	15/10/2020	1.343	(131)	1.212
Banco Itaú	140.049.901/01.01	4,80%	15/10/2020	465	(37)	428
Banco Itaú	140.049.901/05	4,80%	15/10/2020	384	(30)	354
Banco Itaú	140.050.001/05	5,50%	15/10/2020	352	(30)	322
Banco Itaú	201.476.947/01	6,00%	16/12/2019	505	(15)	490
				4.410	**(368)**	**4.042**

Referente a financiamentos realizados junto ao BNDES com alienação fiduciária das máquinas e equipamentos e garantia hipotecária da escritura referente a construção da loja localizada na cidade de Caraguatatuba. **15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:**

	2018	2017(Reapresentado)
INSS a recolher	3.791	3.825
FGTS a recolher	1.171	1.144
IRRF sobre salário	253	240
Contribuição taxa negocial	1	-
Contribuição sindical e assistencial	102	14
Salários e remunerações a pagar	4.123	4.342
Provisão de Dissídio de Folha a Pagar	1.533	-
Provisão de férias	16.192	14.245
	27.166	**23.810**

O grupo de contas é movimentado pelas obrigações geradas pela empresa na contratação de seus empregados, bem como os benefícios concedidos. No exercício de 2018, os sindicatos não entraram em acordo coletivo sobre o aumento de salário dos funcionários, cabendo a devida provisão do dissídio de salários e encargos. **16. Obrigações Tributárias**

	2018	2017(Reapresentado)
PIS a recolher	-	496
COFINS a recolher	-	2.350
ISS retido a recolher	91	103
CSRF a recolher	136	290
ICMS a recolher	4.394	4.617
IRRF a recolher	33	91
Parcelamento de Tributos (Curto Prazo)	150	-
	4.804	**7.947**
Longo Prazo		
Parcelamento de Tributos	526	-
	5.331	**7.947**

O Parcelamento de Tributos refere se a execução fiscal ajuizada em face da empresa Ciro Distribuidora de Alimentos Ltda, posteriormente substituída pela Massa Falida, cobrando ICMS declarado e não pago, Certidão de Dívida Ativa nº 439510360 e Processo Executivo nº 1.433/2004. **17. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição da provisão para imposto de renda e contribuição social:**

	2018	2017 (Reapresentado)
Provisão para IRPJ	6.773	4.382
Provisão para CSLL	2.661	1.806
Total	**9.434**	**6.188**

A Empresa utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real trimestral e calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Reconciliação da alíquota do imposto de renda e da contribuição social para 31 de dezembro:

	2018	2017(Reapresentado)
Lucro antes do IR e contribuição social	89.276	99.281
IR/CSLL pela alíquota nominal combinada de 34%	30.354	33.755
Adições (exclusões) não dedutíveis líquidas	8.330	1.741
Total	**38.684**	**35.496**
IR e contribuição social no resultado	**(38.684)**	**(35.496)**

18. Provisão para Contingências: Composição das provisões para Contingencias Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	2018	2017 (Reapresentado)
Provisão para Contingencias Cíveis	423	394
Provisão para Contingencias Trabalhistas	1.551	1.528
Provisão para Contingencias Tributárias	963	717
	2.937	**2.639**

	Trabalhista	Tributaria	Cível	Total
Saldo Inicial 2017	1.528	717	394	2.639
Adições	754	1.164	30	1.948
Reversões	(731)	(919)	-	(1.650)
Saldo 2018	**1.551**	**962**	**424**	**2.937**

a) Natureza das contingências: A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos internos e externos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. **b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não for am computados nos montantes acima R$ 17.644 (2017 – R$ 9.626) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Empresa aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis. **19. Outros Passivos:**

	2018	2017(Reapresentado)
Juros sobre capital próprio	-	582
Adiantamento de clientes	77	146
Contas a Pagar diversos	96	119
Obrigações com cliente	5	771
Repasse a Dm Card	1.519	-
Provisão de Comissões	486	-
Fornecedores de Impostos	-	284
Fornecedores de Imobilizado	1.089	11.505
Fornecedores partes relacionadas	194	-
Fornecedores outras contas a pagar	7.845	15.892
	11.311	**29.299**

O grupo de contas é composto por obrigações próprias e com terceiros que serão pagas no curto prazo. A provisão de Comissões refere se a Comissões que serão pagas aos representantes comercias em decorrência de vendas no exercício social de 2018. **20. Patrimônio líquido:**

Capital social:	2018	2017 (Reapresentado)
Capital Social	20.000	20.000
Reserva de lucros	338.423	290.231
Distribuição de lucros	(2.400)	(2.400)
Total	**356.023**	**307.831**

a) Capital autorizado e subscrito: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social está representado por 20.000.000 quotas, totalmente subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$ 1,00 cada. **b) Reserva de lucros:** As reservas de lucros são compostas por lucros acumulados em anos anteriores, cuja destinação é determinada pelos quotistas. **c) Distribuição de lucros:** Os lucros são distribuídos de acordo com a destinação dado pelos quotistas da Empresa, em reunião para este fim, sendo os mesmos provisionados quando deliberado tal distribuição pelos quotistas. **d) Composição do quadro acionário (em milhares):**

	%	Quantidade de quotas	Valor
New Fortex Participações LTDA	97	19.400	19.400
Flávio Aparecido de Andrade Almeida	3	600	600
	100	**20.000**	**20.000**

21. Receita líquida de vendas: A composição das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2018	2017(Reapresentado)
Mercado interno	2.489.900	2.170.771
Impostos incidentes sobre vendas	(189.656)	(164.754)
Devoluções de vendas	(6.681)	(8.761)
Cut-off	(282)	-
	2.293.281	**1.997.256**

22. Custo das mercadorias vendidas:	2018	2017 (Reapresentado)
Custo das mercadorias vendidas	(2.058.473)	(1.780.457)
Devolução de Compras	19.647	13.231
Fretes	(7.733)	(7.355)
Impostos sobre compras	129.001	112.880
Locações de máquinas e equipamentos	(15.576)	(14.515)
Taxa de Cartões	(15.396)	(10.833)
Energia elétrica	(15.479)	(11.791)
Combustíveis e Gás	(2.021)	-
Embalagens	(3)	-
Mercadorias em trânsito	(218)	-
	(1.966.251)	**(1.698.840)**

Os custos das mercadorias são compostos por gastos comuns para a realização das suas vendas no decorrer do período. **23. Despesas com vendas:**

	2018	2017 (Reapresentado)
Fretes sobre Vendas	(4.063)	(5.311)
Comissões sobre vendas	(5.521)	(8.738)
Brindes e prêmios de sorteio	(716)	(923)
Propaganda e Publicidade	(13.361)	(8.940)
Perdas com Recebimento de Créditos	(4.869)	-
Despesas com Vendas	**(28.530)**	**(23.912)**

24. Despesas gerais e administrativas:	2018	2017 (Reapresentado)
Despesas com Pessoal	(188.999)	(161.638)
Contingências	(298)	(2.639)
Serviço de terceiros	(26.780)	(27.529)
Manutenção e reparos	(7.608)	(11.830)
Depreciação e amortização	(17.441)	(9.153)
Aluguel	(41.647)	(37.019)
Conservação e limpeza	(6.823)	(5.311)
Impostos, taxas, contribuições e multas	(4.335)	(3.115)
Materiais e despesas administrativas	(11.716)	(8.729)
Material de consumo	(4.680)	(9.091)
Outras despesas	(325)	(1.191)
Despesas gerais e administrativas	**(310.652)**	**(277.245)**

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	2018	2017 (Reapresentado)
Receita de bonificação	37.872	49.161
Venda de Sucata	345	-
Resultado Alienação de Imobilizado	1.440	534
Receitas de Descarga	717	-
Locação de Espaço	589	-
Outras receitas operacionais	**40.963**	**49.695**
Doações	(725)	(716)
Despesas Não Dedutíveis	(1.989)	(3.338)
Outras despesas operacionais	**(2.714)**	**(4.054)**
	38.249	**45.641**

26. Resultado financeiro:	2018	2017 (Reapresentado)
Multas	(547)	(849)
Juros passivos	(597)	(1.081)
Descontos concedidos	(1.530)	(1.867)
Despesas Bancárias	(573)	(392)
	(3.247)	**(4.189)**
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos	60.248	51.012
Juros ativos	303	244
Rendimento de aplicações financeiras	6.811	9.879
	67.362	**61.135**
Variação cambial, líquida		
Variação cambial passiva	(1.232)	(1.334)
Variação cambial ativa	296	769
	(936)	**(565)**
Resultado financeiro líquido	**63.179**	**56.382**

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: A Empresa possui instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e bancos, investimentos, contas a receber e contas a pagar a terceiros. O valor desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, geralmente se aproxima do valor de mercado devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação. **Análise dos instrumentos financeiros:** A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a) Riscos de crédito:** *Exposição aos riscos de crédito:* O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis:

	2018	2017 (Reapresentado)
Disponibilidades	201.476	94.623
Contas a receber de clientes	125.827	131.359
	327.303	**225.982**

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Empresa estabelece provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período. **b) Risco de liquidez:** A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2018	2017 (Reapresentado)
Fornecedores	(315.724)	(251.775)
Empréstimos e financiamentos	(4.042)	(6.889)
	(319.766)	**(258.664)**

c) Valor Justo: Os valores contábeis não divergem de seus valores justos. É apresentada a seguir os principais itens que estão a valor justo e representam os instrumentos financeiros da Empresa.

	2018	2017 (Reapresentado)
Disponibilidades	201.476	94.623
Contas a receber de clientes	125.827	131.359
	327.303	**225.982**
Fornecedores	(315.724)	(251.775)
Empréstimos e financiamentos	(4.042)	(6.889)
Partes relacionadas	(194)	-
	(319.960)	**(258.664)**
	7.343	**(32.862)**

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. **d) Ativos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixas são classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação. Outras contas a receber são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais ou estimados acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados como empréstimos e recebíveis, estando o valor contábil próximo do valor de mercado. **e) Passivos financeiros:** Contas a pagar são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado de exercício. São designados como custo amortizável, estando o valor contábil próximo do valor de mercado. Os Empréstimos e financiamentos são atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício. A Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2018 e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que tenham caráter especulativo. **f) Gerenciamento de riscos:** As taxas de juros pagas pela Empresa, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos de balanço. Os riscos de encargos financeiros e flutuações de taxa de câmbio advém da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação como na exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **28. Seguros (não auditado):** A cobertura de seguros é contratada em montante considerado adequado pela administração para ser utilizado em caso de eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade da Empresa. A empresa é assegurada pela Sompo Seguros, apólices nº 18004447198 e 1800446724. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **29. Eventos subsequentes:** A administração da Empresa declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente a data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Cleber Denis Santana Gomez - Diretor Presidente

Aline Domingues Bertoldo - Contadora CRC 1SP 325.574/O-3

Relatório do Auditor Independente

Aos Administradores da **Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.** Taubaté - SP. **Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. ('Empresa'), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data,bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva - Limitação dos saldos de bonificações comerciais:** A Empresa recebe bonificações comerciais significativas advindas das negociações realizadas com seus fornecedores de mercadorias, prática comum nesse tipo de segmento. O recebimento destas bonificações está atrelado ao caumprimento das condições previamente negociadas e, o reconhecimento das bonificações recebidas é realizado em conta redutora do custo das mercadorias vendidas ou na conta de outras receitas. A Administração não possui controle sobre as bonificações recebidas e a receber no período, assim como não possui uma definição adequada do impacto nos saldos contábeis conforme a natureza das bonificações. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre a adequação do valor das bonificações comerciais reconhecidas no custos das mercadorias vendidas e na conta de outras receitas, bem como determinar os possíveis efeitos fiscais do assunto mencionado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos -** As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa n° 2.1. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 não foram conduzidos por nós ou outros auditores independentes, entretanto, realizamos a validação dos saldos iniciais e acompanhamento do inventário físico. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionai s; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Comercial Zaragoza Importação e Exportação Limitada a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 24 /06/2019. **BDO RCS Auditores Independentes SS -** CRC 2 SP 027006/O-4 F. **Roberto Camargo -** Contador - CRC 1 SP 191164/O-7.